

A nova economia política da comunicação em rede e o futuro do jornalismo

Ruth REIS¹

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

As grandes mudanças pelas quais o sistema de comunicação atravessa, trazendo impactos para todos e afetando as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, exigem uma permanente atitude de repensar e revisar os paradigmas que sustentam nossas bases teóricas e nossa ação, seja como cidadãos ou como profissionais de comunicação. Há quase 20 anos, vive-se a substituição de base tecnológica na comunicação que tem movimentado os pilares do que conhecemos no século XX. O jornalismo é uma das áreas que mais fortemente têm sido afetadas pela nova economia política da comunicação em rede. O que se propõe aqui é apresentar uma reflexão que permita divisar horizontes teóricos diante das novas práticas visando nortear ações envolvendo a cidadania e os processos educacionais no campo do jornalismo, os quais carecem de renovação conceitual e processual.

Palavras-chave: Jornalismo, rede, sistema de comunicação.

Introdução

Na sociedade hiperconectada, produtora e consumidora de múltiplas formas de comunicação, narrativas de diversas origens escorrem pelas *time lines* dos sites de redes sociais compondo um mosaico de opções informativas que constituem o presente, estabelecem a sociabilidade e demarcam a nossa cultura. Os conteúdos provenientes de dispositivos ditos massivos (jornais, rádio e televisão produzidos no âmbito de um sistema corporativo) e os pós-massivos - internet, celulares, redes - se embaralham na interface das redes sociais. As funções de informar, entreter, analisar, interpretar ou opinar se imbricam e se enroscam serpenteando nas interfaces digitais. Não há muitos privilégios ou clareza sobre quem detém a competência de realizar uma ou outra função. Não é seguro também estabelecermos divisões rígidas sobre as operações que aí se realizam, se de um lado temos as que dão conta da informação e de outro as que abarcam a conversação, como propõe Lemos (2009) ao diferenciar informação de comunicação, senda primeira informação editada e a segunda correspondente a diálogo e conversação.

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, atuando no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades e na graduação em Jornalismo, e-mail ruth.reis@ufes.br e ruthdosreis@gmail.com

Da mesma forma, não há mais muita segurança sobre a possibilidade de dividirmos o mundo em uma esfera pública e outra privada, uma destinada à sociabilidade, à política à vida em comum, à palavra, à negociação e, outra destinada às necessidades de vida e morte (ARENDDT, 1995). A linha sempre móvel que separa esses dois domínios parece se esmaecer ainda mais nos tempos atuais. Os hábitos informativos desenvolvidos contemporaneamente vêm se alterando à medida em que se modifica a máquina de comunicação presente na sociedade². Os processos enunciativos dados na sociedade dita moderna, que estavam seguramente distribuídos e institucionalizados, se embaralham. Os lugares e as formas de produção da verdade se reconfiguram, exigindo novos modos de produção e interpretação.

Desde que a internet se transformou na grande teia que enreda pessoas, grupos, sociedades, produtos, produtores, os velhos territórios onde se desenrolam processos constituidores da vida social, econômica, política e cultural sofreram abalos e ainda se movimentam em busca da solidez que, por um tempo, os manteve encaixados, justapostos. O jornalismo, um desses territórios, experimenta uma das mais drásticas reviravoltas, desde que, por volta do século XIX, encontrou no modelo do mercado e na forma das corporações econômicas o seu lugar privilegiado de produção. As organizações que dele se apropriaram, transformando-o em negócio e mercadoria, se contorcem em busca dos dispositivos e dos suportes que permitam torná-lo resistente e sustentável, mas uma parte de suas funções parece escapar-lhes das mãos. Alguns representantes da imprensa (a “velha mídia”, como é referida atualmente), hoje afirmam abertamente terem perdido o “news”, a narrativa da novidade dos acontecimentos do cotidiano, que se torna disponível por meio das trocas correntes de informação nas redes sociais produzidas por indivíduos ou instituições não-midiáticas, misturados a tantos microacontecimentos que correm nas conversas entrecruzadas das mídias sociais digitais.

Os chamados “jornalões”³, empurrados por uma crise aguda e talvez incontornável que lhes colhe o vigor, têm buscado na interpretação a porta de saída para sua atuação e

² “Praticamente a metade dos brasileiros, 48%, usa internet. O percentual de pessoas que a utilizam todos dos dias cresceu de 26% na PBM 2014 para 37% na PBM 2015. O hábito de uso da internet também é mais intenso do que o obtido anteriormente. Os usuários das novas mídias ficam conectados, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana – na PBM 2014, os números eram 3h39 e 3h43 –, valores superiores aos obtidos pela televisão. O uso de aparelhos celulares como forma de acesso à internet já compete com o uso de computadores ou notebooks, 66% e 71%, respectivamente. O uso de redes sociais influencia esse resultado. Entre os internautas, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%).” BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social, Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014, disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas>

³ Gíria pela qual passou a ser chamada de forma jocosa nas redes sociais os grandes e tradicionais veículos de comunicação brasileiros dedicados ao jornalismo seja na forma impressa, radiofônica, televisiva ou digital.

sobrevivência. Vender visões de mundo parece ser o que resta ao sistema tradicional de mídia, acomodado ao modelo corporativo mercadológico. Com a hegemonização do digital, a eles não restará sequer a provisão da infraestrutura de circulação (gráficas, distribuidoras de jornais, redes de radiodifusão), bem essencial para atrair as verbas de publicidade que lhes permitem financiar a produção (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013). Esses suportes materiais caminham para o sucateamento, à medida em que se migra para o digital, controlado pelas telecomunicações (que têm nas mãos o setor de telefonia e de tráfego de dados digitais) e pelos novos players de comunicação (Google, Facebook etc), que oferecem os suportes para uma comunicação moldada numa dinâmica não-centralizadora. Acrescente-se ainda a emergência dos algoritmos, a inteligência artificial, que também retiram outra parte das atribuições até então humanas e operadas pelo campo do jornalismo de seleção e edição de notícias.

Este processo, que vem ocorrendo de forma mais vigorosa desde o surgimento da internet 2.0, na primeira década dos anos 2000, promove um freio de arrumação no segmento de comunicação, compondo um cenário por alguns denominado de pós-industrial, numa referência à superação do modelo industrial fordista que marcou a modernidade. As corporações ligadas às mídias massivas que operam com o jornalismo como carro-chefe têm declinado ou encerrado atividades de diversos jornais, promovendo demissões ou reengenharias em busca de redução de custos.

Paralelamente, emergem novas unidades produtoras de jornalismo, na forma de pequenas empresas, serviços autônomos ou cooperativas. Algumas por iniciativa daqueles profissionais expelidos para fora do *mainstream* jornalístico, que procuram por meio do estabelecimento de novos vínculos e formas de gestão viabilizar empreendimentos mais leves e inovadores. Outros, embalados pela confiança de que ainda é possível desenvolver um jornalismo comprometido com a emancipação e a justiça social, surgem no cenário oferecendo suas narrativas e figurando como o que se tem convencionalmente chamado de “jornalismo livre” ou “independente”, situando-se principalmente no universo da blogosfera e distribuindo seus conteúdos por meio dos sites ou aplicativos de redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram entre outras). Destaque-se também a revoada para redes como o YouTube, que abre novas perspectivas para a produção audiovisual abrigando diversos formatos, entre os quais os de caráter jornalístico.

Embora seja difícil dissociar jornalismo de participação social e política, vale mencionar também uma atuação fortemente conectada com o ativismo, a exemplo, no

Brasil do Independent Narratives Journalism and Action (Ninja)⁴, produzido por coletivos ou indivíduos, a maioria sem vínculos formais ou relação de contratação, cuja atividade se intensifica ou se abrevia de acordo com as questões sociais que abraça. Em que pesem as controvérsias em torno da definição do alcance do conceito de jornalismo (o que pode ou não ser designado como jornalismo), registro essa referência uma vez que está em questão o próprio conceito de jornalismo, o qual proponho também discutir nesse projeto e sobre o qual discorro adiante.

Há que se destacar também as visões e vertentes diversas de jornalismo que circulam, embaladas por estruturas empresariais ou pelas mais fluidas e leves. Para alguns autores, essas formas podem ser descritas como gêneros⁵, que também sobredeterminam os modos de construção das narrativas. Para citar apenas algumas, temos o modelo do “*watchdog*”, que se apresenta na forma de um jornalismo vigilante de todas as questões que ocorrem especialmente no âmbito do poder público, mas também do nível privado, quando este interfere substancialmente nos interesses gerais (destaque-se o jornalismo investigativo⁶ como uma de suas vertentes); o modelo de jornalismo cívico ou público, que tem como proposta mobilizar e motivar os cidadãos a participarem da vida pública, oferecendo interpretações e apontando soluções; o de tipo engajado, opinativo, que se alinha e defende declaradamente um ponto de vista; um jornalismo de orientação ou de serviço, cuja matriz é fazer circular informações que dizem respeito ao cotidiano, aos modos de vida, a comportamentos e cuidados de si. Há ainda um nicho que aposta num ritmo diferente do contemporâneo, o *slowjournalism* por exemplo, e buscam na estética de suas narrativas e nas

⁴ Acesso à página do Mídia Ninja <https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts> e site <https://ninja.oximity.com> na qual pode-se ler a seguinte definição: NINJA -Independent Narratives Journalism and Action- is a decentralized communication network that produces and disseminate content based on collaborative work and online sharing. Emerging on a society under a premise of, and as a tool for, information exchange, a characteristic of the networked society, we produce news stories, documentaries and investigative journalism in Brazil and abroad. Our work is where the fight for social justice, cultural, political, economic and environmental change takes place. The internet changed journalism and we are part of this transformation. We live in a peer-to-peer (P2P) culture that allows people to share information without traditional mediators. New technologies and new forms of using technology have opened the way for new sharing spaces, in which people do not only passive absorb information, people produce and exchange information. In this new context, of networks connected to streets, multimedia citizens emerge with the capacity of make its own opinions and share it in the virtual world. Connected, these new narrators make NINJA Media.

⁵ Ver definição de gêneros em BAKHTIN, M. M. O problema dos gêneros discursivos. In: Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003

⁶ As formas de produção do jornalismo investigativo têm vertentes diferentes. As mais genuínas ocorrem por iniciativas órgãos de imprensa ou de organizações jornalísticas, a exemplo do caso Panama Papers. Uma outra linha que também se autodenomina jornalismo investigativo é desenvolvida em colaboração com investigações de segmentos do poder público, como Ministério Público, Polícia e outros órgãos de fiscalização. Entretanto, nesses casos pode ocorrer de o jornalismo se tornar um coadjuvante, funcionando mais como ponta de visibilidade e instrumento de investigadores estatais (vide casos brasileiros como o famoso Escola-Base, a operação Banestado (1997), o caso Mensalão (2006) ou a Operação Lava Jato (2014 até agora). Inclua-se aí ainda o Jornalismo de Dados, como uma vertente que vem se fortalecendo com as novas tecnologias e que funciona como instrumento do jornalismo investigativo (mais uma vez o Panama Papers é um bom exemplo), seja na forma “bruta” como a operada pelo Wikileaks, seja na forma editada como nos players de jornalismo.

histórias humanas ou na interpretação em profundidade uma forma alternativa de oferecer informação. Chegar a uma tipologia fechada e final é, de certo, um empreendimento complexo e talvez pouco efetivo quanto à compreensão desse universo, uma vez que essas tendências se misturam. Portanto, esse registro serve para demonstrar que o campo é vasto e que as divergências quanto ao conceito e alcance do jornalismo talvez tenham um viés mais político e subentendam a disputa de poder que existe no campo midiático, especialmente neste momento de grandes reviravoltas.

Independente de suas diversas formas estruturais e gêneros, o jornalismo é entendido aqui como uma atividade que se caracteriza pela produção sistemática de informações sobre a atualidade, contribuindo assim para a construção de um tempo que se dá como presente, ao oferecer informações, interpretações e orientações. Para alguns autores como Bourdieu (1997), que influenciaram uma linhagem significativa de análises sobre o jornalismo, este se constitui como um campo que imanta a competência social de narrar fatos do cotidiano, atribuída pela por meio pela sociedade de uma espécie de contrato de confiança. Para Rodrigues (2014), o jornalismo não chega a configurar-se como campo, mas como uma das atividades desenvolvidas pelo (este sim) campo midiático. Este opera a partir de um lugar de fala próprio, que permitiu o desenvolvimento de determinadas formas de expressão adequadas aos veículos de massa e ao modelo em que este se insere, entre as quais o jornalismo.

As novas formas de configurar o sistema de comunicação - e da produção e circulação da informação do cotidiano - trazem em seu bojo a necessidade de repensar boa parte da retórica do jornalismo, tão solidamente fincada na premissa de uma verdade factual, que poderia ser acessada mediante um esquema técnico de produção e criação de narrativas sobre eventos do dia a dia, recolhidos cirurgicamente por profissionais preparados para a missão. A sociedade do século XX se habituou a esse tipo de narrativa depositando-lhe a confiança de “retratar” a mais pura verdade. A construção teórica do jornalismo está centrada nas mesmas premissas que deram à ciência a condição de se colocar como o discurso da verdade (FOUCAULT, 1979), em oposição aos discursos de cunho teológico ou metafísico que vigoravam no período precedente à modernidade. Hoje vivemos um momento em que está em disputa o papel que durante parte da modernidade coube à grande mídia de massa, de funcionar, ao mesmo tempo, como produtora de narrativas, mediadora de discursos e instituidora de um espaço de vivência, um lugar de trocas, de encontro e negociação das multiplicidades.

O pressuposto é que a vida em sociedade implica a determinação de regras para o seu funcionamento e de espaços nos quais elas podem ser ritualizadas, atualizadas, negociadas e legitimadas. No percurso para a construção de uma sociedade onde o homem aparece como figura central, depositário de todo saber e de todo poder - mesmo que por grandes momentos históricos tenha concedido este papel a um poder transcendente - desenvolveram-se formas diversas de elaboração e reelaboração das regras e normas sociais, todas convergindo para um propósito: o de permitir que elas vigorem mediante o consentimento de todos – pacto ou contrato social. Isto se dá por meio de instrumentos de permanente divulgação, convencimento e negociação na sociedade, que institui sua legitimidade e os espaços hegemônicos de representação pública/coletiva e de exibição.

Se antes, a mídia de massa correspondia a esse espaço de representação e legitimação, hoje, seguramente, esse território se transforma, ao migrar para a comunicação digital, um lugar habitado por um número muito maior de actantes do que os grandes players da velha ou da nova mídia. As redes digitais se transformam por um lado num espaço de colaboração e por outro num campo em que as forças sociais se confrontam, o que pode ser percebido em momento diversos, sejam eles políticos, sejam mesmo em situação de entretenimento. Temos atualmente uma sociabilidade renovada, na qual se intensifica e amplia a participação direta e as vivências proporcionadas pelas tecnologias digitais. É preciso observar esse caráter intensivo e extensivo de participação na vida social e na ampliação do que se propõe designar como esfera pública, mesmo que desdenhemos ou repudiemos parte do que vemos emergir nessa rede.

De fato, não estamos diante apenas do que nossa literatura idealizava a respeito de uma participação estritamente racional e até mesmo polida de cidadãos ávidos por expressar suas ideias e opiniões sob a regência do logos, algo como a ampliação dos salões e café burgueses (HABERMAS, 1984). As manifestações de ódio e violência, os movimentos conservadores, a incitação ao fascismo, também são encontrados na rede, talvez de forma até inusitada em relação ao que temos em nível presencial. Podemos especular que a operação dessa participação a partir de uma narrativa de certa forma ficcionalizada, operada por avatares construídos e manobrados ao gosto de cada um, seja uma espécie de escudo de proteção, uma forma de atuação mais grandiloquente do que teríamos na relação interpessoal direta. De qualquer modo, nos situamos num momento rico de presença digital determinando de forma intensa as demais dimensões da vida.

Nesse jogo de forças também entra em debate a legitimidade do próprio sistema tradicional de mídia, que por uma parte da rede parece ter sido descoberto em suas mazelas, numa espécie de rei nu em meio à multidão, que assim o percebe falho e dissimulado em sua mal disfarçada apologia a uma neutralidade impossível e a posicionamentos mais do que visivelmente engajados em suas próprias causas. Por outro lado, é possível observar que o sistema da “velha mídia” mesmo que cambaleante em sua sustentação material, mesmo que anacrônico em suas idiossincrasias, ainda tem fôlego para exercer notável influência nas redes, sustentado por uma autoridade enunciativa cultivada há anos, seja por meio de uma economia política baseada no monopólio e/ou oligopólio, seja por meio de estratégias de marketing e de esquemas de fidelização que fazem parte da gestão do negócio.

No Brasil, fica bastante clara a força das grandes corporações de mídia e de jornalismo, especialmente nos últimos meses deste ano em que as emoções se afloram diante de uma disputa política de grosso calibre, que ameaça a estabilidade do estado de direito e as premissas de uma sociedade democrática⁷. O processo de desconstrução de lideranças políticas oriundas do Partido dos Trabalhadores⁸ e do próprio partido, que desde 2003 tem eleito os presidentes que governam o país, vem sendo feita abertamente por setores políticos de direita e centro-direita, com participação intensa das grandes corporações de mídia, que colocaram o seu jornalismo a serviço desse projeto.

Nas análises de redes sociais, uma boa parte das visualizações de interações realizadas, é possível constatar a forte presença das mídias jornalísticas na produção do debate público. A título de exemplo, segue-se um grafo de interações ocorridas no Twitter no período de votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, realizada em 17 de abril. Nele, figuram 517.336 nós-perfis relacionados por 2.016.375 arestas, que representam seus retweets, coletados entre 16 a 18 de abril de 2016. Após a coleta de dados, foram identificados as principais perspectivas - ou pontos de vista - e clusters que ganharam cores diferentes a fim de se perceber a abrangência de cada um, assim distribuídos: contra

⁷ Refiro-me a uma série de episódios relacionados a uma investigação desencadeada pelo Ministério Público, Polícia Federal e Poder Judiciário em estreita articulação com a parte mais forte da grande mídia brasileira (grupos Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, entre outros), cujos procedimentos polêmicos e desdobramentos deixam sinais visíveis de que se trata de um esquema articulado destinado a derrubar o atual governo, liderado por Dilma Rousseff (PT), e condenar um dos mais importantes líderes políticos atual, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além de buscar inviabilizar a existência do próprio Partido dos Trabalhadores

⁸ O Partido dos Trabalhadores nasceu a partir do movimento sindical reorganizado no período pós-ditadura (1964-1985) e alçou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condição de um dos grandes líderes de esquerda no Brasil e no mundo. Após três derrotas em disputas eleitorais para o cargo de presidente, Lula venceu a eleição de 2002 e implantou um governo cuja principal marca foi a inclusão social e o combate à pobreza. Foi sucedido por Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, que deu continuidade ao projeto de Lula, mas numa situação de crise econômica mundial, que tem afetado profundamente o país, hoje considerado a oitava economia do mundo.

impeachment (vermelho), a favor do impeachment mais twitters com conteúdo de humor e sarcasmo ⁹ (azul). A zona na cor verde corresponde à atividade dos principais veículos de comunicação e sua rede formada por replicadores de conteúdos ou usuários que dialogam com e a partir de informações geradas pela mídia. O grafo demonstra de modo geral que a mídia – entendida como a soma de perfis correspondentes aos grandes players e também os novos agenciadores jornalísticos desempenha um papel importante nas transações discursivas que ocorrem nas redes sociais. A compreensão dos conflitos que ocorrem no interior desse segmento, entretanto, demanda outros níveis de profundidade na análise, que preferimos não realizar neste artigo para não fugir do seu propósito. A coleta e visualização das perspectivas foram realizadas pelo Laboratório de Internet e Cultura (Labic/UFES), que tem se dedicado ao desenvolvimento de estudos e de ferramentas de análise de redes sociais na internet.

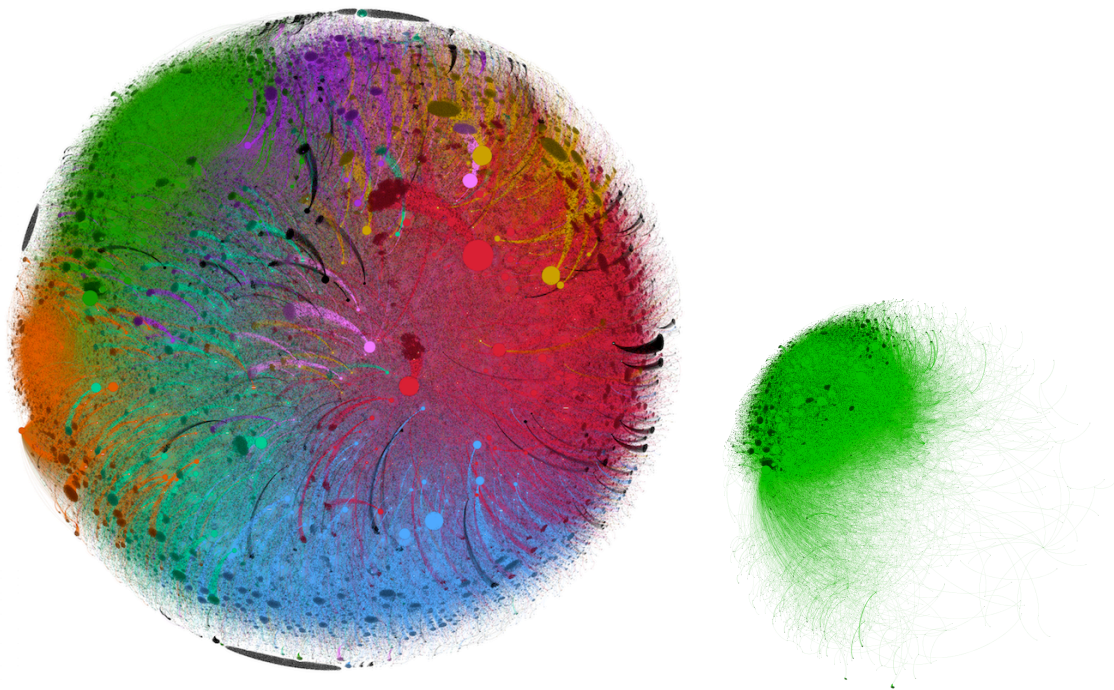


Figure 1 - Grafo em que figuram 517.336 nós-perfis do Twitter, relacionados por 2.016.375 arestas que representam seus retweets

Figure 2 - Grafo que corresponde a produção de conteúdos relacionados ao campo da mídia, registrando 531.661 interações, com 101.034 emissores e 24.961 receptores

⁹ O perfil @micheltemer figurou junto ao cluster de humor do Twitter e não numa rede própria motivado pelas interpelações ao seu perfil proposta pelos usuários desse segmento.

Essas questões nos levam a indagações a respeito das novas configurações do território da comunicação na contemporaneidade, no qual as tecnologias digitais e, em particular, a internet, radicalizaram o modelo de rede, reconfiguraram os papéis que os actantes ocupam no processo de comunicação, povoando o polo da produção com novos personagens fortemente ativos, impactaram a economia política que sustenta a comunicação de massa e suas unidades produtivas, desafiando-as em sua continuidade e resistência. Indaga-se em especial a respeito do papel e às formas que assume o jornalismo, levando-nos a perguntar o que se pode projetar para este segmento produtivo e narrativo num cenário marcado pela hiperinformação, velocidade e diversidade de narrativas presentes na rede.

Narrativa e poder

Não são poucos os autores a afirmarem a precedência da linguagem e das narrativas nas determinações do homem e sua relação com o mundo. Compreendida como fenômeno que proporciona a condição da existência, a linguagem é fundamento, instância plena de potência da vida do homem na sua relação com o outro, e não apenas um conjunto de códigos que favorecem a elaboração e visibilização do pensamento. Para Heidegger é o pensamento quem recolhe da linguagem aquilo que dá conta para transformar em razão (HEIDEGGER, 1995).

Em Lyotard, aprende-se que o saber narrativo é instituidor da legitimidade, uma vez que seus conteúdos e formas, bem como os atos de linguagem implicados (falar, ouvir, referir) são pactuados socialmente. Deste pacto nasce a autorização para instalar-se no ambiente como verdade e rito autorizado (LYOTARD, 1988). Narrar, como deixa entender Lyotard, é tipicamente um ato de instituir e organizar o mundo, segundo rituais que afirmam e repetem as posições de cada um nos atos de linguagem. O saber narrativo dá conta de determinados discursos fundadores que justificam e legitimam as demais formas de saber. As grandes narrativas modernas, por exemplo, versam sobre a universalidade e a emancipação e se exprimem através de outras narrativas que abarcam tudo o que as narrativas fundadoras autorizam.

Ao analisar o estatuto do saber científico e das instituições que o produzem e difundem (universidades, institutos, entre outras organizações), Lyotard constata que a ciência é uma forma de conhecimento que se legitima por meio do saber narrativo tradicional, um saber ritualizado que afirma e reitera valores fundadores de uma dada forma de existência social.

A crise da ciência decorre exatamente da crise das grandes narrativas que a sustentam, devido a um processo de fragmentação e desgaste dos fundamentos unívocos que lhe davam suporte. Desta forma, interrompe-se o trajeto que era feito pela ciência de se afirmar como exercício comprometido apenas com a busca desinteressada da verdade e este se ancora num outro grande objetivo que é a busca da eficácia (LYOTARD, 1988).

A ciência, então, deixa de colocar a si própria como auto-referenciada e ancorada apenas na grande narrativa de universalidade kantiana e hegeliana, visão que ensejou a criação de mecanismos institucionais embalados neste compromisso típico do período moderno, como as universidades e centros de pesquisa dotados de autonomia. Seu destino se amarra a uma outra narrativa que rompe com a noção de universalidade e a substitui pela de valor relativo, possibilidade de ganho, eficácia, não mais um valor a ser apropriado por todos, mas a ser distribuído de acordo com as chances de obter melhor desempenho na sociedade. Este deslocamento é paralelo a uma nova imagem de sociedade não mais idealizada como um sistema unitário, mas como um conjunto de unidades e fragmentos justapostos, que se reproduzem de acordo com a sua performance.

Nesta perspectiva, é possível inferir que elaborar narrativas é tarefa ancestral assumida socialmente, dotada de rituais específicos, que podem ser perfeitamente localizados nas diferentes conjunturas históricas. Da mesma forma, também pode ser datada a distribuição da competência de produzir narrativas ou reiterá-las, sempre confiada a indivíduos ou aos segmentos sociais que preenchem os requisitos descritos pelos paradigmas que norteiam a ordem em questão. Numa sociedade que transita do manual para o tecnológico, do humano para o maquinizo, o domínio das competências também se desloca e se redistribui. Antes particular ao homem em sua individualidade, este domínio paulatinamente migra para instituições e suportes cada vez mais produzidos pela técnica. Assim, o domínio da memória e da tradição, o lugar da guarda do que deve permanecer no tempo e, também, do novo, do que se dá fora da tradição, têm deixado o corpo e a linguagem do homem para ocuparem o lugar produzido pela técnica, corpo e linguagem da técnica.

Este lugar se conforma não apenas como um depositário físico (corpo, suporte), mas também como responsável por engendrar as relações (formas de narrar/modos de participação nos atos de linguagem/ formas de organização dos participantes na operação das narrativas) necessárias para que este processo se perpetue. Narrar é inventar o mundo e operá-lo a um só tempo. É coletar o que se dá a conhecer, é estabelecer relações, criar valores, linhas de continuidade e de fuga, permitir que o fluxo se dê sem interrupção, ao

passo que se produzem as regras para a legitimação da própria narrativa e dos seus operadores.

As grandes fábulas, as pequenas histórias do cotidiano, da vizinhança, as curiosas descrições dos viajantes, os relatos heróicos das batalhas, as façanhas míticas, que antes permaneciam na oralidade, condição suficiente para a sua perpetuação, durante algum tempo migraram para ambientes mais amplos, onde o domínio da narração se aloja em grandes estruturas, máquinas de narrar¹⁰. Ao indivíduo humano, por algum tempo, restou a faculdade de ouvir. E calar. Ou de falar apenas por meio das grandes cifras dos medidores de audiência, ou de recolher-se a uma nano-hermenêutica alojada nas mediações culturais, que pouco fazia a mais do que resistir às grandes narrativas produzida pela máquina controlada pelo sistema um/muitos. Os meios de comunicação de massa, instituições centradas na norma e na técnica, assumiram as tarefas arquetípicas da narração: constituir a tradição, a criação e a argumentação, recolhendo o que se dá no mundo, organizando e devolvendo como imagem capaz de constituir um conjunto coerente.

A virada tecnológica vem colocando em questão a forma como se organizava esse sistema de comunicação, ao trazer uma nova dinâmica de produção e distribuição de narrativas, um sistema em que muitos falam e muitos ouvem, um sistema reticular, rizomático, em oposição ao vertical, arborescente, que conhecemos no tempo das máquinas pesadas (DELEUZE, 1995). Essa nova territorialização da comunicação também coloca em questão a legitimidade do regime moderno de produção da verdade, entregue a um sistema verticalizado, cuja dinâmica econômica e política também o tornou concentrado na maioria dos países e, além disso, oligárquico em outros, como é o caso do Brasil. Esses deslocamentos, entretanto, não se colocam como estanques e dissociados. Fazem parte de uma dinâmica que engendra humanos e não humanos, cultura e natureza, num processo contínuo e inesgotável, constituindo o que Latour (1994) identifica como híbrido. Na teoria ator-rede, Latour ressalta a indistinção dos estatutos de actantes humanos e não-humanos no processo na produção social e o caráter dinâmico das controvérsias que se apresentam como meio de reconfiguração permanente das convicções e acordos que regem a vida em comum (LATOUR, 2012).

A máquina se transforma, desfaz-se a caixa preta (LATOUR, 2012). Neste momento, uma boa parte da força – humana- que a constitui é de novo requerida, revertendo o estado

¹⁰ Por máquina de comunicação, entenda-se o conjunto de elementos que se acoplam e constituem produção; não se trata apenas dos meios materiais, mas de tudo o que é agenciado e funda a emergência de que se dá: equipamentos, pessoas, narrativas, discursos, infraestrutura, espectro eletromagnético, entre outros.

marginal a que estava relegada, com sua capacidade produtiva já se tornando flácida e inerte. Redescobre-se assim a riqueza das microintervenções, dos microrrelatos, das micronarrativas que, justapostos, confrontados e organizados por um sistema de inteligência artificial na forma de simples e prosaicas *time lines* (ou interfaces gráficas mais complexas, dissimulativas de sua característica artificial¹¹), são acionadas reterritorializando a produção e a distribuição de narrativas e informação. Do acontecimento excepcional ao cotidiano ordinário, os novos narradores do presente recolhem fatos, documentam, informam, comentam, muitas vezes substituindo a máquina corporativa do jornalismo, noutras complementando ou, ainda, estabelecendo novos territórios de atuação e inserindo nesse arco temático pessoas, movimentos, lugares que nunca antes foram alcançados pelas grandes narrativas jornalísticas.

A força dessa nova forma de constituir o presente que se apresenta nas mídias sociais desponta incontrolável nos momentos-picos dos grandes embates e debates públicos (o exemplo brasileiro atual é bastante emblemático desse fenômeno), nos quais a objetividade dos fatos é embalada numa narrativa afetada pela emoção e movida pela participação. Nesses momentos emergem um sistema colaborativo, cujos fragmentos se conectam compondo uma narrativa que pouco se assemelha ao discurso da objetividade defendida pelo jornalismo. Vê-se um sistema de narrativas profusas e polissêmicas, que cospe imagens feitas (malfeitas, borradas, tortas) a um passo da cena; expele textos inacabados, grunhidos, rosnados em pequenas sentenças, nos novos suportes e plataformas on line, mas também produz longas análises, interpretação profunda, deixa emergir o humor, a ironia, o deboche em linguagem híbrida de signos linguísticos e imagéticos. Trata-se de um outro modo de produção de verdade, em que o relato e a interpretação provêm de uma multiplicidade de enunciadores.

Histórias paralelas, agregações de sentido, confrontos de personagens (perfis) alargam o lugar em que o fato é construído, vivido e tornado público. Não se trata exatamente do mesmo “jornalismo colaborativo”, “cidadão” ou “participativo” que as redes da comunicação corporativa lançam mão como meio de reduzir custos, realizar seus projetos de fidelização em torno de sua marca e ampliar sua capacidade de captura de informação e seu arco de atuação. Trata-se talvez de compreender e revelar uma prática do jornalismo internalizada em qualquer pessoa que tenha acesso à comunicação online e se proponha compartilhar informações, dados, visões, interpretação.

¹¹ Vide agregadores como Flipboard, Feedly entre outros

Uma hipótese que se apresenta é de que a internet amplia o território do jornalismo, liberando-o das rotinas e determinações do mundo corporativo, e o devolve ao seu universo primordial, onde, por meio de uma produção coletiva, colaborativa e hipertextual, constitui o presente, tempo contínuo e inesgotável dentro do qual se realiza a vida em comum. Para conhecer esse jornalismo, é preciso penetrar no território das redes, conhecer suas regras, perscrutar seus conceitos e linguagens e pensar sobre essa nova territorialidade em que a informação sobre a atualidade viceja, criando agenda pública e estabelecendo conexões com o exercício da vida cidadã. Também requer refletir sobre os novos protocolos que forjam essa produção, colocando em xeque as formas tradicionais de produção da verdade. Talvez também seja preciso desenvolver novas astúcias em torno da linguagem e dos sentidos que transitam na rede a fim que suas diversas nuances possam ser reconhecidas e valoradas.

As regulagens que se fazem presentes nessa produção e circulação contemporâneas de informação não se apresentam na forma de um corolário preciso e pré-estabelecido de procedimentos desejados ou esperados que podem ser encontrados em manuais de boas práticas. Gêneros narrativos se reconfiguram, contratos se refazem, novas estratégias discursivas se colocam desafiando certezas e exigindo atitudes renovadas tanto de enunciadores como enunciatários da informação do cotidiano. As funções jornalísticas de noticiar, contextualizar, interpretar, checar (*fact-checking*) e distribuir informação se espraiam pela rede. As normas dessa nova forma de viver a comunicação vão se estabelecendo enquanto são produzidas e de acordo com as disputas que se travam, das negociações dos espaços de poder proporcionados pelo território digital, com os consensos que se vão construindo. Desenha-se assim rastros que se concretiza na forma de hábitos, regras, possibilidades e que podem ser recuperados e estudados. Tudo se passa de modo diferente do que a retórica do jornalismo consagrou e enaltece ainda hoje.

Tomada de sua origem grega (*techné*) que designa um saber fazer adequado e eticamente desinteressado, a técnica goza de estatuto privilegiado de acesso à verdade. A técnica jornalística se referencia no argumento platônico da mimesis, que o jornalismo explicita através de suas juras em defesa da verdade, que cumprirá mediante a observação e remissão apenas ao fato puro, tal como se deu. Verdade para o jornalismo é, portanto, a adequação entre o acontecimento e a narração. Para a retórica do jornalismo, fato ou acontecimento é aquilo que se encontra fora do discurso e é capaz de emanar os sinais autênticos que lhe permitem ser reconhecido como tal. Sua apreensão decorre tão somente

do domínio dos métodos apropriados para reconhecê-los e estes se presentificam nos rituais de produção normatizados, cabendo aos operadores deste campo, os jornalistas, conhecê-los e produzir narrativas segundo seus ditames. Aos leitores, cabe a tarefa de recebê-los, reconhecê-los e legitimá-los, numa relação contratual que ao mesmo tempo os coloca como autorizadores e receptores de tal narrativa. Embora, diversos autores tenham se debruçado sobre outras nuances que venham a compor uma teoria do jornalismo que ressalte elementos sociais, psicológicos, estruturais ou políticos na construção da narrativa jornalística, a objetividade ainda é uma baliza forte na sustentação se não dos processos pelo menos da retórica que preside os circuitos de produção e consumo do jornalismo.

As novas dinâmicas de produção e circulação da informação na atualidade, entretanto, colocam em xeque esses pressupostos e instalam uma comunicação que se estrutura em narrativas diversas, levando a uma série de interrogações a respeito dos limites e formas que adquire o jornalismo como um dos vetores de produção de presente, constituidor de uma agenda pública e promotor de cidadania.

Conclusão

Pode-se considerar que a transição que atravessamos hoje no território da comunicação jornalística produzirá ainda muitas alterações no que conhecemos, que se cristalizou ao longo do século XX. O jornalismo corporativo ainda procura se recontextualizar num cenário de informação distribuída, que traz novos problemas para a sua sustentabilidade econômico-financeira. Em meio a essa crise que faz ferver o sistema de mídia, no Brasil, em especial, vive-se uma crise política que mobiliza fortemente a sociedade como pouco já se viu na história recente. Os grandes veículos de comunicação brasileiros estão alinhados a um projeto político que pretende levar às últimas consequências sua oposição aos governos que vinham se sucedendo nos últimos, buscando de todas as formas a destituição da presidente eleita, mesmo que sem fundamentação técnica e jurídica. Com essa adesão, deixam um enorme vazio no processo de produção de informação de caráter público, responsável e coerente com um país que se propõe democrático e republicano. Como vazios em política não permanecem nesta condição por muito tempo, crescem múltiplas vozes, cuja origem provém de pequenas iniciativas distribuídas e que juntas formam um sistema, um outro sistema, que sustenta o contrapondo e a controvérsia às ideias defendidas pelos grupos oligopolistas da mídia tradicional. É, certamente, desse outro sistema que se poderá obter a boa parte das referências para uma

nova configuração do jornalismo no contemporâneo, que exige novos modelos de negócio, de sustentabilidade e novas estratégias discursivas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON C.W., BELL Emily e SHIRKY Clay, Jornalismo pós-industrial, in Columbia Journalism Review, ESPM, São Paulo, 2013
- ARENDT, H. 1995: A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAKHTIN, M. O problema dos gêneros discursivos. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes. 2003
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social, Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014, disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>, consultado em março de 2016
- BOURDIEU, P. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, G. (2010), Da comunicação em massa à comunicação em rede: modelos comunicacionais e a sociedade de informação, in Moraes, Dênis de (org.), Mutações do Visível. Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede, Rio de Janeiro, Pão e Rosas Editora, pp. 23-52
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 1, 1995
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública, Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1984
- HEIDEGGER, M. Sobre o Humanismo, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995
- LATOUR, B. Reagregando o Social. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA (2012)
- LATOUR, B. Jamais fomos modernos, Rio de Janeiro, Ed 34, 1994
- LEMOS, André. Nova esfera Conversacional, in Dimas A. Künsch, D.A, da Silveira, S.A., et al, Esfera pública, redes e jornalismo., Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, ISBN 978857650243- 2, pp. 9 – 30.
- LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993
- NASSIF, L. O jornalismo dos anos 90, São Paulo, Futura, 2003
- RODRIGUES, A. Em busca das especificidades do campo jornalístico: depoimento, 2014 in Ponta Grossa, Paraná, Pauta Geral, revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Gross